

POLÍTICA ECONÔMICA

Sarney espera apoio político para enfrentar pressão dos credores

por Cláudia Safatle
de Brasília

O presidente da República, José Sarney, fez uma clara opção pela retomada do crescimento econômico como linha mestra do seu governo. Ele sabe que sofrerá pressões externas, vindas dos credores do País, contra a sua escolha, mas espera ter apoio político de toda a sociedade organizada para sustentar esta opção. Este foi o teor do recado que o Palácio do Planalto enviou ontem, através do porta-voz adjunto, jornalista Frota Neto, aos que consideram insuficientes para um programa de ajustamento as medidas anunciadas pelo governo.

“O programa econômico em implantação pelo governo Sarney é um compromisso entre a necessidade de cortes no setor público, necessidade inquestionável, e a opção política do presidente da República pela retomada do crescimento e a total rejeição à recessão”, ditou Frota Neto, sublinhando: “O presidente José Sarney tem convicção de que, com essas medidas que estão sendo adotadas, o Brasil crescerá 5% neste ano. Atua-se sobre a inflação e ainda se diminui a dívida externa em termos reais”.

PACOTE DE CORTES

Esta declaração teve endereço certo. O governo continua aguardando uma manifestação formal do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o pacote de cortes dos gastos públicos e aumento de receitas fiscais. Alexandre Kafka, representante do Brasil no FMI, porém, já manteve contatos informais com o governo e, mais especificamente, mostrou apreensão do Fundo quanto à insuficiência do pacote econômico, num telefonema recente ao assessor especial do presidente, Luiz Paulo Rosenberg.

de inflação acumulada ao final do ano totalizaria 265%. Se a elevação real subir para 6%, esse impacto aumentaria a inflação de doze meses ao final do ano para 275%. A Fazenda calcula ainda que, sem reposição alguma, a inflação se

“é claro que não fazer recessão pode não compor o quadro que o Fundo Monetário considera ideal”, prosseguiu Frota Neto, “mas acontece que a estratégia de negociação desse governo é diferente do que aconteceu no passado”, sustentou o porta-voz do Palácio do Planalto. E, para respaldar o processo de endurecimento que o presidente da República está praticando nas negociações externas, “acredita-se que toda a sociedade brasileira estará alinhada e unida em torno do presidente, para dar o apoio político necessário a uma postura firme do governo brasileiro, na negociação externa, apesar das naturais pressões que possam vir de fora”, completou.

Não ficou explícito, mas está embutido na afirmação de que a dívida externa terá queda em termos reais neste ano, um aceno do presidente aos banqueiros internacionais, de que o Brasil não solicitará dinheiro novo neste ano, para financiar o balanço de pagamentos.

Todos os passos dados até agora pelo presidente da República foram, na área econômica, de recusa à recessão. E ontem houve mais um gesto que reflete essa opção pelo crescimento. Os ministros da Fazenda, Francisco Dornelles, e do Planejamento, João Sayad, reuniram-se na sede do Ministério da Fazenda, para tratar do descongelamento e reposição de preços das empresas estatais. A proposta elaborada pela Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest) era de um aumento real de 4 a 6% nos preços dos derivados de petróleo, 10% sobre os aços, 5% reais sobre os serviços de comunicações e 10% reais para as tarifas de energia elétrica. Isto, projetando sobre o Índice Geral de Preços (IGP), resultaria numa taxa de inflação de 11,75% em agosto, ante 8,5% esperados sem a reposição tarifária.

No dimensionamento do impacto de reposições tarifárias sobre a taxa de inflação do ano, existem duas versões. Uma, feita pelo Ministério da Fazenda, revela que, para um aumento de 4% nos preços dos derivados de petróleo ainda em julho, mantendo os demais níveis propostos, a taxa

situaria não patamar de 22,2% neste ano.

Para o Palácio do Planalto, embora utilizando os computadores do Ministério da Fazenda, as contas são diferentes. Partindo de uma base de 200% do IGP sem a concessão de recomposição tarifária, os aumentos reais se traduziriam num impacto de apenas 10 pontos percentuais, elevando o IGP no final do ano para a casa dos 21%.

Há dúvidas em relação a ambos os exercícios. A assessoria técnica do Palácio do Planalto reclama que o Ministério da Fazenda está superestimando os efeitos dos aumentos das tarifas do serviço público. Este, em contrapartida, pondera que, para chegar a cifras tão baixas, os assessores da Presidência da República teriam desconsiderado os efeitos do aumento dos preços do petróleo sobre 23 setores da economia, computando apenas a ponderação de 7,8 do preço do petróleo no índice de custo de vida, enquanto a ponderação da Fundação Getúlio Vargas para este produto é de 16,9 no IGP.

ESFORÇO

Não se trata de uma discussão apenas técnica, mas de um debate sobre qual será o esforço de ajustamento da economia. Nas declarações do porta-voz do Palácio do Planalto para assuntos econômicos, pareceu evidente que o esforço de ajustamento será o “politicamente possível”. A seguir dessa premissa, atacou Frota Neto: “O governo não está numa postura irresponsável, reivindicando que o Fundo Monetário aceite o impossível”. E disse ainda: “O governo não vai entrar no mercado de peixes, de concessões impossíveis, que não possam ser cumpridas e, desse modo, ter como subproduto, um descredito das políticas adotadas”.

DEFICIT PÚBLICO

Ontem, o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, em despacho com o presidente Sarney, expôs sua preocupação com o crescente déficit “de caixa” do setor público, que em junho registrou mais Cr\$ 5,7 trilhões, sendo que Cr\$ 2,4 trilhões foram financiados com a emissão de moeda e Cr\$ 3,3 trilhões com a colocação líquida de títulos públicos.